

241
C/11

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA 03/85

001. Aos vinte e seis dias do mês de agosto de mil novecentos e oiten
002. ta e cinco, às nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre da
003. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, realizou-se uma reunião ex
004. traordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal
005. de Pelotas, convocada e presidida pelo Senhor Presidente Magnífi
006. co Reitor Prof. Ruy Brasil Barbedo Antunes. Estavam presentes os
007. seguintes Conselheiros: Prof. Léo Zilberknop, Vice-Reitor, Ac.
008. Andrey Schlee, Profa. Antonina Zulema D'Avila Paixão, Prof. Anto
009. nio Cesar Gonçalves Borges, Ac. Maria Bernadete Perius, Prof.
010. Carlos Rodrigues Peixoto, Prof. Claudio Borba Gomes, Ac. Daniel
011. M. Aquini, Profa. Emília Nalva Ferreira da Silva, Prof. João
012. Necli Brandalise, Prof. Helvio Debli Casalinho, Prof. Hugo Rober
013. to Kaastrup, Profa. Gilce Marlene Wetzell da Cunha, Prof.
014. Isidoro Halpern, Prof. Ivan Soares Gervini, Prof. Jau Paulo Gou-
015. lart, Ac. Jorge Luiz Malmann, Profa. Leila Hadler, Profa.
016. Luisa Helena Falkenberg Rausch, Prof. Luiz Henrique Schuch, -
017. Profa. Maria do Carmo Mascarenhas Seus, Profa. Maria Helena
018. Bastos de Oliveira Antunes, Prof. Mario Osório Magalhães, Prof.
019. Mario Thadeu Cruzeiro, Prof. Morenei Oliveira Chaves,
020. Prof. Osmar Schaeffer, Prof. Paulo Afonso Rheingantz, Prof.
021. Paulo Domingos Mieres Caruso, Prof. Paulo Silveira Junior, Prof.
022. Renato Luiz Mello Varoto, Rolf Hilmar Lichtnow, Prof. Rubens
023. Bellora, Prof. Telmo Pagana Xavier, Prof. Wilson Marcelino
024. Miranda e Profa. Zilma Camelo de Holanda Cavalcanti. Havendo
025. número legal de Conselheiros, o Senhor Presidente deu por
026. aberta a sessão. Dando início a reunião, o Senhor Presidente sau
027. dou os novos Conselheiros, Profs. Luiz Henrique Schuch, Diretor
028. da Faculdade de Veterinária; Mario Osório Magalhães, Diretor do
029. Instituto de Ciências Humanas; Mario Thadeu Cruzeiro, Diretor da
030. Faculdade de Odontologia e João Nelci Brandalise, Vice-Diretor
031. do Instituto de Biologia que substitui o Diretor atual, Prof.
032. Fernando Carpena Alves, em seu impedimento. - ORDEM DO DIA -
033. ITEM I - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR - Colocada em dis-
034. cussão foi a mesma aprovada com a retificação solicitada pelo
035. Conselheiro Paulo Afonso Rheingantz, no sentido de fazer constar
036. na íntegra o ofício de nº 024/85, encaminhado ao Magnífico Rei-
037. tor pelo Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo, cujo
038. assunto é a transformação do atual Curso de Arquitetura e Urba-
039. nismo em Faculdade de Arquitetura: O CURSO DE ARQUITETURA E URBA
040. NISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas, quando de sua criação,
041. foi lotado no Instituto de Letras e Artes, Unidade que atua no
042. domínio dos conhecimentos fundamentais (conforme artigo nº 47 do
043. Estatuto da Universidade Federal de Pelotas), embora sendo de ca
044. racterísticas profissionalizantes (o Curso). Em 18 de janeiro de
045. 1983, o então Reitor, Professor José Emílio Gonçalves Araújo,

292
Out

246.através da portaria nº 17 (vide cópia em anexo), desvincula os
 247.cursos de Engenharia Agrícola, Nutrição, Enfermagem, Meteorolo -
 248.gia e o de Arquitetura e Urbanismo de suas unidades de origem, -
 249.vinculando-os diretamente ao Reitor. Apesar das inúmeras vanta-'
 250.gens que este ato trouxe para o Curso de Arquitetura e Urbanis-'
 251.mo, a figura de CURSO ISOLADO ou INDEPENDENTE apresenta diversos
 252.problemas, inclusive regimentais: a) o Regimento da Universidade
 253.Federal de Pelotas não prevê a existência de Conselho Departamen
 254.tal nos Cursos Isolados; b) embora o exposto no item anterior, -
 255.foi solicitado, em 1983 ao então Coordenador do Curso, Professor
 256.Wilson Marcelino Miranda, que constituísse o Conselho Departamen
 257.tal do Curso, o que de fato foi efetivado em 28 de abril de
 258.1983, embora até o momento não existe a portaria do Reitor; c) o
 259.Conselho Departamental do Curso, apesar de não estar oficializa-
 260.do, é reconhecido pelos órgãos superiores da Universidade Fede
 261.ral de Pelotas, a saber: Reitor, COCEPE, CPPD e Pró-Reitorias; -
 262.d) o Presidente do Colegiado dos Cursos Isolados acumula fun-
 263.ção de Presidente do Conselho Departamental, em contradição com
 264.o disposto nos artigos nºs 46 e 52 do Estatuto, segundo os quais
 265.o Presidente do Conselho Departamental é o Diretor da Unidade; -
 266.e) o Coordenador do Curso, "é escolhido pelo Reitor, de lista -
 267.tríplice organizada pelo Colegiado do Curso, dentre seus docen-
 268.tes da Área Profissionalizante" (artigo nº 107, § 1º do Regimen-
 269.to Geral); f) os itens "d" e "e", evidenciam que o Coordenador, '
 270.escolhido pelo Colegiado, é o Presidente do Conselho Departamen-
 271.tal; trata-se na realidade, de um interventor no Conselho, que
 272.não eleje a lista sextupla, a exemplo das demais unidades (Facul
 273.dades, Escolas Superiores e Institutos); g) os Coordenadores dos
 274.Cursos Isolados são os únicos que acumulam as funções didáticas '
 275.com as administrativas, em evidente sobrecarga de atribuições, -
 276.conforme a Resolução nº 01/79; nas Faculdades, Escolas Superio
 277.res e Institutos, as funções administrativas estão a cargo do
 278.Diretor de Unidade, em regime de 40:00 horas semanais, e de um
 279.Vice-Diretor, em regime de 08:00 horas semanais, enquanto as fun
 280.ções didáticas, são exercidas por um Coordenador de Colegiado, -
 281.em regime de 20:00 horas semanais, perfazendo os três, 68:00 ho-
 282.ras semanais; nos Cursos Isolados, como já foi dito, o Coordena-
 283.dor de Curso acumula as funções administrativas e as didáticas, '
 284.em regime de apenas 40:00 horas semanais; h) não bastando o ex-
 285.posto no item "g", os Coordenadores dos Cursos Isolados, apesar '
 286.da evidente sobrecarga de atribuições relativamente aos Direto
 287.res e Coordenadores de Colegiado das Faculdades, Escolas Superio
 288.res e Institutos, recebem gratificações inferiores à dos Direto-
 289.res: Por outro lado, há que se considerar os pareceres do Exce-'
 290.lentíssimo Senhor Procurador Geral da Universidade Federal de
 291.Pelotas, relativos ao ofício nº 187 do Coordenador do Curso de Engenha-'
 292.Arquitetura e Urbanismo e processo nº 2245 do Curso de Engenha-'
 293.ria Agrícola, ..." já deixei expressado, em parecer, a necessida
 294.de de se transformar os Cursos em Faculdades" (parecer ao ofício
 295.nº 187)... " o Curso, por assim dizer, é, pois, a própria Facul
 296.dade atuando, eis que uma de suas finalidades básicas é exatamen
 297.te a ministração, no seu campo, do ensino profissional de gradua
 298.ção, especialização e pós-graduação..." ainda, os cursos, dife
 299.rentemente das unidades, não possuem órgão normativo disciplinador
 300.da organização universitária, que atue no Campo administrativo..

H

101...." faz-se necessário um estudo mais aprofundado, possibilita -
 102.dor, quem sabe, da criação da faculdade"... (parecer ao processo'
 103.nº 2245). Por seu turno, a reivindicação de transformação do
 104.Curso de Arquitetura e Urbanismo, que já vêm desde 1978, sendo -
 105.posição consensual de seus corpo docente, discente e funcional,'
 106.aprovada por unanimidade de seus membros pelo Colegiado e Conse-
 107.lho Departamental (vide ofício nº 197/84 em anexo), têm sido
 108.sistemáticamente protelada sob a alegação de que o Estatuto e o
 109.Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas em fase de
 110.reformulação, devendo ser apreciada quando a nova estrutura aca-
 111.dêmica da Universidade Federal de Pelotas estiver definida; ocor
 112.re que já se passam cinco anos! Ao longo desses cinco
 113.anos, o Curso de Arquitetura vêm crescendo e se consolidando, e
 114.hoje dispõe de vinte e seis professores lotados, oito funcioná-'
 115.rios, sendo seis administrativos e dois agentes de portaria, pos
 116.sui prédio próprio com cerca de 800m²; A partir de julho de
 117.1984, possui dois departamentos, respectivamente o Departamento'
 118.de Arquitetura e o Departamento de Tecnologia da Construção, e
 119.conta com 301 alunos regularmente matriculados, de um total apro
 120.ximado de 370 alunos, sendo este número superior ao de três uni-
 121.dades (Faculdade de Educação, Faculdade de Ciências Domésticas e
 122.Escola Superior de Educação Física). Paralelamente, o Curso pos-
 123.sui, no Colegiado, as Comissões de Horário, Comissão de Avalia-'
 124.ção do Ensino e a Comissão de Registros Acadêmicos; a Comissão de
 125.Avaliação do Ensino é encarregada da elaboração da Reforma Curri-
 126.cular, em fase de detalhamento, devendo ser implantado já no se-
 127.gundo período letivo de 1985; possui ainda o Núcleo de Patrimô-
 128.nio Histórico e Cultural, que têm prestado relevantes serviços à
 129.Universidade Federal de Pelotas e ao Conselho Municipal de Patri-
 130.mônio Histórico e Cultural; possui o Núcleo de Prestação de Ser-
 131.viços do Departamento de Tecnologia da Construção, e que já vem
 132.prestando serviços de consultoria e assessoria técnica ao Escri-
 133.tório de Planejamento Físico e à Prefeitura do Campus, bem como
 134.está concluindo os entendimentos para prestar assessoria técnica -
 135.às Prefeituras de Piratini e Pedro Osório. Em fase de estrutura-
 136.ção, estão a Câmara de Pesquisa e Extensão, e o Laboratório de
 137.Construção, projeto que já foi contemplado com recursos para iní-
 138.cio das obras para suas instalações. No ano de 1984, o Curso te-
 139.ve três projetos de Pesquisa aprovados pelo COCEPE, Metodologia'
 140.de Ensino na Área do Conforto nos cursos de Arquitetura e Enge-'
 141.nharia, Metodologia do Ensino de Estruturas para os cursos de
 142.Arquitetura e Engenharia Civil e Metodologia de Ensino na Área de
 143.Desenho Urbano para o Curso de Arquitetura e pelo PRODERF, estan
 144.do atualmente em fase de busca de agente financiador, tendo ain-
 145.da atuado em extensão, via CRUTAC, em dois projetos junto à Pre-
 146.feitura do Capão do Leão. O item A POLÍTICA DA UNIVERSIDADE, do
 147.Plano de Desenvolvimento 1983/86, aprovado pelo Egrégio Conselho
 148.Universitário, em seu subitem nº 14, páginas 126 e 127, recomen-
 149.da..." A eficiência administrativa da Universidade... deverá ser
 150.buscada intensa e permanentemente, seguindo os princípios bási-'
 151.cos de seriedade e eficiência com austeridade. Torna-se imperio-
 152.so substituir a improvisação por um planejamento"... Na opinião'
 153.do Curso, a solução encontrada pelo Reitor anterior, através da
 154.portaria nº 17 de 13 de janeiro de 1983, foi uma improvisação -
 155.que se mantém por mais de dois anos. Ainda no Plano de Desenvol-

4

D

243
Cul

156.vimento, no seu programa Prioritário 01 - MELHORIA DA QUALIDADE'
 157.DO ENSINO, pag. 131, afirma: "... os Colegiados precisam, acima
 158.de tudo, tratar do processo ensino-aprendizagem, a sua amplia
 159.ção, visando a sua melhoria, precisam coordenar os cursos com ba
 160.se em objetivos definidos claros e operacionalmente". Mais
 161.adiante, na página 132, continua: " A dinamização da atuação dos
 162.Colegiados de Curso, visando o conveniente desempenho de suas
 163.funções, pode ser alcançada por meio da revisão dos critérios pa
 164.ra sua composição, da valorização das funções de coordenação e
 165.de representação nesses órgãos e orientação e acompanhamento pe-
 166.lo COCEPE no desempenho dos referidos Colegiados". Analizando a
 167.situação do Curso de Arquitetura e dos demais cursos isolados, à
 168.luz do exposto acima, evidencia-se a contratação da improvisação
 169.aliada às dificuldades de dinamização e valorização das funções'
 170.de coordenação dos colegiados, devida à sobrecarga de atribui
 171.ções de seus coordenadores. Por outro lado, a transformação do
 172.Curso em Faculdade não acarretará nenhum prejuízo às demais uni-
 173.dades da Universidade, uma vez que este já possui dotação orça-'
 174.mentária própria desde 1983. Pelo acima exposto, e em cumprimen-
 175.to às deliberações tomadas pelo Colegiado do Curso e pelo Conse-
 176.lho Departamental, venho pelo presente solicitar a Vossa Magnifi
 177.cência que, nos termos dos artigos nº 17, inciso I, alínea "o" e
 178.nº 53 do Estatuto da Universidade Federal de Pelotas e dos arti-
 179.gos nº 18, inciso I, alínea "o" e nº 89 do Regimento Geral da
 180.Universidade Federal de Pelotas, submete à aprovação do Conselho
 181.Universitário, em sua próxima reunião, a solicitação de transfor
 182.mação do atual Curso de Arquitetura e Urbanismo em Faculdade de
 183.Arquitetura. Disse a seguir o Senhor Presidente que antes de
 184.prosseguir na Ordem do Dia, expressamente estabelecida, gostaria
 185.de esclarecer que a convocação recebida originariamente tratava'
 186.de outros temas que não este da reunião de hoje, no entanto, da-
 187.da a ocorrência da greve dos docentes na Universidade, o Comando
 188.de Greve dos docentes solicitou que os temas da reunião anterior
 189.fossem suspensos, e que nesta reunião fosse discutido apenas os
 190.assuntos referentes às reivindicações dos docentes, que iriam -
 191.posteriormente, determinar um posicionamento deste Conselho pe-
 192.rante tais reivindicações. Neste sentido a Ordem do Dia foi al-
 193.terada, e posteriormente quando houver condições para tal, volta
 194.remos a reunir este Egrégio Conselho com aquela Ordem do Dia an-
 195.terior. O Senhor Presidente disse que antes de continuar a reu-
 196.nião tem duas solicitações que gostaria de colocar em plenário -
 197.para que este Conselho deliberasse a respeito. As solicitações -
 198.se referem ao Comando de Greve dos docentes da Universidade e
 199.outra do Comando de Greve do Corpo Técnico-Administrativo, pois
 200.ambos pretendem aqui neste Conselho fazer uma rápida explanação'
 201.das suas reivindicações. Em face disto, consulto aos Conselhei-
 202.ros sobre a viabilidade destes dois segmentos da Universidade, -
 203.fazerem uma breve explanação, e posteriormente se retirarem da
 204.sessão, para então que este Conselho possa discutir e deliberar'
 205.sobre a Ordem do Dia proposta. Colocada em discussão a proposta'
 206.foi a mesma aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente conce-
 207.deu a palavra ao Comando de Greve dos docentes. Iniciando sua
 208.explanação o representante do Comando de Greve dos docentes dis-
 209.se que é um momento muito importante que vive a nossa Universida
 210.de, em especial as Universidades Fundacionais Brasileiras. Esta-

244
 (Handwritten mark)

(Handwritten mark)

(Handwritten signature)

245
Del

211. mos aqui neste momento representando o Comando de Greve dos pro-
212. fessores da Universidade Federal de Pelotas, para colocar as ra-
213. zões da mobilização dos docentes. Disse que gostaria de ressal-
214. tar que a pauta de reivindicações não é nova. O movimento do-
215. cente nacional há muitos anos vem lutando pela defesa da Univer-
216. sidade Pública Brasileira. No que se refere as verbas para a Edu-
217. cação a ANDES, que representa o movimento nacional de docentes,
218. vem há muito tempo denunciando o achatamento do orçamento da Uni-
219. versidade, e denunciando também a política de privatização da
220. Educação Brasileira. Relatando um pouco da história da pauta de
221. reivindicações colocaria que o Congresso de Docentes de Nível
222. Superior, realizado em fevereiro, em Vitória/ES, já se deliberou
223. pela maioria dos pontos desta pauta e naquela ocasião já se pe-
224. dia uma reposição salarial das perdas, e nós reivindicávamos em
225. março de 1985 uma reposição de 37,3% e 25% em setembro. Naquela
226. ocasião o movimento docente conquistou o retroativo de 100% a
227. partir de novembro de 1984, que incidiu sobre o reajuste de mar-
228. ço. Com isto tivemos uma pequena reposição que no entanto não
229. conseguiu colocar o poder aquisitivo dos professores ao nível de
230. sejado. No Conselho Nacional de Associação de Docentes, realiza-
231. do em Olinda, em maio do corrente ano, os docentes das Universi-
232. dades Fundacionais lá presentes, deliberaram que a reposição das
233. perdas dos salários dos professores, deveria ficar em torno de
234. 38,5% a partir do reajuste de setembro de 1985. Este índice refle-
235. te mais ou menos a média das perdas das Universidades Fundacio-
236. nais Brasileiras. Sabemos o achatamento que os nossos salários -
237. vem sofrendo ao longo dos últimos anos. O importante nesta lu-
238. ta, e isto deve ser ressalvado, é a luta contra a política de
239. achatamento salarial de todos os trabalhadores brasileiros, e a
240. Universidade também vem sofrendo esta perda salarial. É importan-
241. te também ressaltar neste aspecto que há um discurso hoje de
242. recuperação do poder aquisitivo do povo brasileiro, mas, no en-
243. tanto, percebe-se que a política salarial ainda continua inade-
244. quada a estes discursos. Estes itens de 5% de produtividade, rea-
245. juste salarial com base no INPC integral, reajuste trimestral de
246. salários, adicional de 50% de dedicação exclusiva, verbas para o
247. pleno funcionamento da Universidade; verbas para construção e
248. manutenção de creches em locais de trabalhos. O que se tem de no-
249. vo é exatamente o pagamento do retroativo de novembro, dezembro
250. e 13º a que temos direito. Quanto a esse aspecto é importante sa-
251. lientar que a ANDES, em audiência com o Senhor Ministro da Educa-
252. ção obteve como resposta em maio de 1985, de que o Ministério já
253. havia providenciado o pagamento deste retroativo, e que em uma
254. semana todas as Universidades Fundacionais teriam este reajuste
255. ressarcido, o que não ocorreu. Em 30/07 do corrente ano a Asso-
256. ciação dos Docentes esteve com o Ministro novamente e a respos-
257. ta dada foi a que não entendia como a Universidade Federal de
258. Pelotas não havia pago os professores, uma vez que a Universida-
259. de tinha recursos para tal fim. Recentemente quando os funcioná-
260. rios tiveram audiência com o Senhor Ministro, este colocou que
261. a Universidade Federal de Pelotas já havia recebido recursos pa-
262. ra pagamento deste retroativo. Esta é uma questão que tem que
263. ser resolvida. Outro aspecto fundamental diz respeito a Universi-
264. dade Federal de Pelotas, é o adicional de insalubridade, questão
265. esta que vem sendo levantada há muito, por vários professores -

68

246
C

266.nossos, que trabalham em condições que dariam direito a este adi-
267.cional, e isto vem sendo há muito tempo reivindicando e até ho-
268.je o mesmo não tem solução. O restante dos itens da pauta, princi-
269.palmente ao que se refere ao Plano de Cargos e Salários, foi in-
270.cluído exatamente após a Diretoria da ANDES, no dia 30.06.85, ha-
271.ver entregue a pauta de reivindicações do setor das Universida-
272.des Fundacionais tiradas no Congresso de Olinda, quando o Minis-
273.tro prometeu em 15 dias entregar uma resposta ao movimento docen-
274.te. No dia 15 de agosto a ANDES reunida novamente com o Senhor -
275.Ministro, obteve como resposta de que já teria sido encaminhado'
276.reajuste de 100% do INPC, e que o restante dos itens da pauta se-
277.riam analisados juntamente com o Plano de Cargos e Salários de
278.cada Universidade, e que o tratamento seria dado isoladamente a
279.cada Universidade. Esse foi um fato novo, e foi necessário que o
280.movimento docente se organizasse no sentido de que se estudasse'
281.estes planos, já que a maioria dos delegados das Universidades -
282.presentes em Brasília, não tinham conhecimento deste plano. O in-
283.dicativo dos delegados que formavam o comando de mobilização na-
284.quela ocasião, era de que cada Universidade solicitasse de seu
285.Reitor a retirada dos planos que tramitavam a nível de MEC, para
286.que se pudesse tomar conhecimento, propor modificações, se fosse
287.o caso. Neste momento surgiu uma oportunidade importante, já que
288.o movimento docente luta há vários anos pela isonomia salarial'
289.das Universidades Brasileiras, principalmente pela isonomia sala-
290.rial das Universidades Fundacionais. Existe um estudo pela -
291.unificação dos planos de carreira dos professores em cada setor'
292.das Universidades Brasileiras. É o momento adequado de se reti-'
293.rar os planos do MEC, de se estudar profundamente cada um destes
294.planos e de se encaminhar a nível nacional um trabalho de unifi-
295.cação dos Planos de Cargos e Salários das Universidades Funda-'
296.cionais Brasileiras, que seria feito através de um estudo amplo'
297.de cada Universidade e consagrado após as discussões a nível de
298.Congresso e aprovado posteriormente em cada Universidade em
299.Assembléia de professores. Quanto ao item que se refere especifi-
300.camente a Universidade Federal de Pelotas e que diz respeito ao
301.transporte de professores, funcionários e estudantes e também -
302.diz respeito ao Restaurante Universitário, entendemos que este -
303.item deve ser incluído na nossa luta e foi deliberado em assem-'
304.bléia de professores na Universidade já que entendemos que esse
305.é o ponto fundamental da Universidade, caracterizando a falta de
306.verbas para o pleno funcionamento da Universidade Brasileira, e
307.da nossa Universidade em particular, daí incluir este item na
308.pauta, porque nós entendemos que a Universidade Pública deve
309.ser gratuita e este item contempla exatamente esse ponto, porque
310.entendemos que não é só a isenção de taxas que caracteriza a
311.gratuidade do ensino público, mas também o subsídio a transpor-'
312.te, alimentação e moradia. A seguir foi concedida a palavra ao
313.Professor Gastão Coelho Pureza Duarte que inicialmente disse que
314.interpretando o pensamento do Comando Central do movimento de
315.greve dos professores, quer em seu nome agradecer esta deferen-
316.cia especial que foi concedida, e em especial a sua pessoa de
317.retornar a este órgão do qual participou por mais de 20 anos e
318.agora na condição de um dos integrantes da comissão central do
319.movimento, comparecer a uma reunião do órgão máximo da Universi-
320.dade Federal de Pelotas para apresentar as reivindicações que

K

321.não são exclusivamente nossa e sim de todas as Comunidades Uni-
 322.versitárias. Ao deixar este ambiente e esta sessão do Conselho -
 323.Universitário, levamos a convicção de que teremos no Magnífico -
 324.Reitor e em cada um dos membros deste Conselho um aliado, um
 325.companheiro na luta que estamos enfrentando. Temos a certeza de
 326.que cada um dos Conselheiros, e a Reitoria na pessoa do Magnífi-
 327.co Reitor e de seu ilustre Vice-Reitor envidarão todos os esfor-
 328.ços para que junto ao MEC as nossas reivindicações, a nossa cau-
 329.sa seja vitoriosa, porque a vitória não é do Comando de Greve, a
 330.vitória é da nossa Universidade. A seguir o Senhor Presidente -
 331.concedeu a palavra ao representante do Comando de Greve do Cor-
 332.po Técnico-Administrativo. Fazendo uso da palavra o representan-
 333.te do Comando de Greve dos Funcionários da Universidade Federal'
 334.de Pelotas disse que nós, servidores técnicos e administrativos -
 335.da Universidade Federal de Pelotas, sentimo-nos honrados por es-
 336.tar diante dos Senhores, que formam o órgão máximo desta Insti-'
 337.tuição. Lamentamos, no entanto, que tenha sido necessária situa-
 338.ção excepcional para que aqui pudessemos estar. Para nós, o que
 339.estamos vivendo na Universidade Federal de Pelotas, é um momento
 340.histórico e de transcendente significação. Pela primeira vez, a
 341.Universidade convive com a paralisação em seu quadro técnico e
 342.administrativo. Nosso movimento é espontâneo porque foi amadure-
 343.cido nas consciências de cada um e brotou forte, após longos -
 344.anos de silêncio. Estamos hoje, em um movimento ordenado, pacífi-
 345.co, coeso e justo em busca de nossa própria identidade. Vivência
 346.mos uma Universidade esmagada por sucessivos anos de descaso e
 347.arrocho orçamentário a ponto de, praticamente comprometer, em to-
 348.dos os níveis a qualidade de seu serviço e o papel excencial de
 349.vanguardeira na promoção do desenvolvimento científico e tecnoló-
 350.gico, esteios de uma sociedade melhor, economicamente forte e po-
 351.liticamente independente. Nestes quase vinte e um anos as Univer-
 352.sidades tiveram cerciamento de sua vocação natural a ser o habi-
 353.tat onde a intelectualidade discute a nação, suas dificuldades, '
 354.sua dinâmica e por isso ser o local onde nascem as novas lideran-
 355.ças capazes, por sua formação política e sensibilidade ao so-
 356.cial, de responderem com responsabilidade e patriotismo ao chama-
 357.mento à tarefa de promover o bem comum. Nestes anos nós, quase
 358.todos jovens de títulos eleitorais empoeirados e virgens ao
 359.carimbo de um voto para Presidente, tivemos que conviver com
 360.a marginalidade de idéias e com exemplos de depoloráveis de dete-
 361.riorização na honestidade a ponto de termos, por um lado as nos-
 362.sas defesas enfraquecidas pela falta de consciência política e,
 363.por outro lado, dificuldades para não acreditar que aquilo que
 364.nossos pais pregavam sobre ser honesto não ultrapassava os limi-
 365.tes do teorismo. A Nova República, no discurso de seu idealiza-'
 366.dor, veio resgatar nossas consciências e nossos pais. E esperan-
 367.ça temos que tenha vindo também, para resgatar a Universidade -
 368.Brasileira. Este resgate passa, necessariamente pelo retorno de
 369.nossos cientistas, pela valorização do ensino, pelo estímulo do
 370.trabalho de produção científica e por uma extensão com novas con-
 371.dições para ser agente modificador da realidade social e economi-
 372.ca e, ainda, realimentador da própria Instituição para sua neces-
 373.sária adequação à dinâmica do desenvolvimento que ajuda a promo-
 374.ver. Não se faz uma Universidade sem cérebro capazes de criar e
 375.não se faz criação sem os meios adequados. Uma Universidade cria

HA

[Handwritten signature]

244
Paul

248
Cul

376.tiva e com meios adequados tem ensino e extensão forte. A aplica
377.ção imediata da Emenda Calmon é a forma mais contundente de res-
378.ponder como a nova república esta pretendendo priorizar a Univer
379.sidade. Cremos, também, que isto sô não basta. Para termos uma
380.Nova Universidade, é necessário que tenhamos a sinceridade e a
381.coragem para olhar dentro de nós mesmos e revermos nossas respos
382.tas ao que é de nós esperado. A autocrítica individual leva a
383.autocrítica da Instituição. Pregamos a Nova Universidade não só
384.no tratamento que recebe do Governo quanto a recursos, mas, es-
385.sencialmente Nova da crítica que deve fazer a si mesma, em todos
386.os níveis, desde a sua base até este egrégio Conselho. O movimen
387.to docente vem, de há muito, lutando por essa Universidade; lu-
388.ta na qual estamos nos engajando pelo despertar que ora vive-
389.mos. Desejamos, neste despertar abrir os nossos horizontes além
390.da mera questão salarial, que se é prioritária como estimuladora
391.ao trabalho e preservação da dignidade da classe de servidores,
392.não encerra as questões sobre as quais devemos estar atentos. Os
393.servidores técnicos e administrativos não desejam discutir sua
394.importância na Universidade, pois que esta é questão pacífico. -
395.Queremos é discutir o nosso espaço. Nossa Universidade esta dan
396.do os seus primeiros passos democráticos e a afirmação da demo-
397.cracia esta na participação de todos na busca das melhoras solu-
398.ções. A chamada atividade meio, tem muito de responsabilidade pa
399.rá o alcance dos fins e, por estarmos nela inseridos temos orgu
400.lho de que fazemos e ajudamos a produzir. Hoje, não é possível -
401.sustentar-se teses de uma comunidade Universitária rigidamente -
402.dividida em classes. A divisão da responsabilidade leva ao aper-
403.feçoamento da Instituição, pois compromissa a todos com os obje
404.tivos traçados. Não há fórmulas ideais para se chegar a Nova Uni
405.versidade que não passe pela participação de todos em um debate,
406.seja a nível de grupos seja a nível de órgãos colegiados. Reivin
407.dicamos, movidos por esta convicção, a nossa participação nos
408.órgãos colegiados da UFPEL. Não queremos que nossa participação
409.seja uma concessão e sim, o reconhecimento de um direito, por
410.não queremos estar aqui como meros ouvintes, senão como partici-
411.pes efetivos da construção de uma Universidade melhor. Nosso mo-
412.vimento, surgido pela motivação pecuniária, hoje toma corpo e
413.evoluti para uma consciência de classe de onde todos sairemos for
414.talecidos. Estamos cientes que esta consciência levará ao engran
415.decimento da Instituição, pois nossa União com docentes e estu-
416.dantes, em lutas comuns que tenham por escopo a Universidade, de
417.verá servir com base mais sólida para priorização nacional das
418.Instituições de ensino. Lamentamos que tenhamos que parar nosso
419.trabalho para que sejam reparadas injustiças cometidas conosco e
420.com a Universidade. Temos esperança de voltar logo ao trabalho e,
421.grande parte dela esta cimentada na confiança de que deste Egré-
422.gio Conselho partirá, em voz unânime, enérgico apoio as reivindi
423.ções por uma Universidade melhor. A hora é de dar-mos um bas
424.ta aos interesses estranhos ao País e colocarmos, de fato e defi
425.nitivamente, a Universidade como prioridade Nacional. Ao virmos
426.aquí, trazemos conosco a certeza de estar falando de servidor -
427.para servidor, que nada nos separa e tudo nos une pela constru-
428.ção da UFPEL que acalentamos em nossos melhores ideais. Nossa
429.certeza é que daqui saímos com braços e mão fortalecidos para
430.sustentação de nossa bandeira comum e depositamos em cada um dos

At

431. Senhores, nossa confiança de luta conjunta por uma casa que é
 432. nossa e de nosso povo, que mais do que ninguém merece uma Nova -
 433. Universidade. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos dois
 434. Comandos de Greve, dizendo que os esclarecimentos prestados fo-
 435. ram extramamente úteis para que este Conselho possa a vir delibe-'
 436. rar sobre o assunto, que está contido na Ordem do Dia, ou seja, o
 437. posicionamento do Conselho perante a greve dos docentes, acres-'
 438. centando também, agora a paralisação do corpo técnico-administra
 439. tivo. O Senhor Presidente disse que caibam alguns rápidos escla-
 440. recimentos sobre o que foi dito, especialmente com a posição da
 441. própria Reitoria sobre os assuntos aqui ventilados. Disse o
 442. Senhor Presidente que o documento lido pelo Comando de Greve do
 443. Corpo Técnico-Administrativo não se reveste de maior amplitude -
 444. referente às reivindicações específicas, apenas aparecendo uma
 445. delas que é a participação do corpo técnico-administrativo neste
 446. Conselho, aspiração que lhe parece justa e adequada, mas que de-
 447. pende da reforma do regimento e do estatuto da Universidade, pa-
 448. ra que possa se efetivar. Quanto às reivindicações levantadas -
 449. pelo Comando de Greve dos Docentes gostaria primeiramente de di-
 450. zer que as reivindicações de ordem salarial parecem adequadas'
 451. e justas, dizendo ainda que a defasagem dos salários dos docen-'
 452. tes e também do corpo técnico-administrativo, tem feito que a
 453. Universidade como um todo não consiga alcançar sua autonomia. Su
 454. perar esta defasagem é antes de mais nada resgatar a própria dig
 455. nidade da Universidade. No tocante ao pagamento dos atrasados, o
 456. MEC reconheceu a dívida destes atrasados (referente a novembro, '
 457. dezembro e 13º salário de 1984). Para pagamento desta dívida de-
 458. veria haver por parte do Ministério o reconhecimento desta dívi-
 459. da, o que ocorreu; o que não ocorreu foi o repasse do recurso, '
 460. que até este momento não chegou a esta Reitoria, como também não
 461. chegou a nenhuma Universidade Brasileira até o momento. Disse -
 462. que muitas Universidades Fundacionais Brasileiras pagaram (cerca
 463. de 12 Universidades) esta diferença, através de receita própria.
 464. A UFPEL optou por não fazer este pagamento por uma razão sim-
 465. ples, ou seja, o recurso envolvido ultrapassa a 650 milhões de
 466. cruzeiros. No entanto se comprometermos a receita própria com
 467. o pagamento dos atrasados, nós comprometeríamos de forma quase -
 468. absoluta toda a questão da assistência dos alunos carentes, o
 469. RU e teríamos dificuldades de mantermos algumas bolsas, pois to-
 470. das são mantidas através de receita própria. A razão maior do
 471. não pagamento deste atrasados é que a Universidade não recebeu o
 472. repasse, e entendemos que este repasse é uma dívida do MEC e co-
 473. mo dívida deve a mesma ser saldada. Quanto a colocação, pelo comando'
 474. de greve dos docentes, do assunto referente ao transporte até o
 475. campus, podemos adiantar que estamos num momento difícil, e este -
 476. momento difícil se refere ao fato que a empresa transportadora, a
 477. TURF, concessionária, pretendeu abandonar o serviço, o que deixa
 478. ria a Universidade em extremas dificuldades. Sobre o assunto o
 479. Senhor Presidente fez um amplo relato aos Conselheiros, explican
 480. do detalhadamente as gestões que a Reitoria fez junto ao Gover-
 481. no do Estado, para que este transporte não alcance os valores -
 482. pretendidos pela empresa. Comentou com os Conselheiros que está
 483. se avivando uma idéia antiga que é a implantação do transporte -
 484. ferroviário para o Campus, onde já foram feitos estudos profun-
 485. dos sobre o assunto, e se este meio de transporte fosse ativado'

to

mar

249
out

200
1944

486.já, o custo da passagem estaria por volta de quatrocentos e ses-
487.senta cruzeiros. Referiu-se sobre as dificuldades de implantação
488.do citado meio de transporte, como também ao custo da construção
489.este ramal, que está orçado em 12 bilhões de cruzeiros. ITEM 2
490.- POSICIONAMENTO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO SOBRE AS REIVINDICA-
491.ÇÕES DO COMANDO DE GREVE - O Senhor Presidente colocou o assunto
492.em discussão. O Conselheiro Paulo Afonso Rheingantz teceu comen-
493.tários sobre o estado atual que vive a Universidade e solicitou'
494.que o Conselho referende a pauta de reivindicações dos docentes
495.e do corpo técnico-administrativo. Concedida a palavra ao Vice-
496.Reitor, Prof. Léo Zilberknop, este disse que os Reitores das Uni-
497.versidades Fundacionais em reunião realizada da qual compareceu,
498.representando esta comunidade, resolveram encaminhar ao Ministro
499.Marco Maciel o seguinte texto: Dos Reitores das Instituições de
500.Ensino Fundacionais ao Exmo. Senhor Doutor Marco Maciel, Digníssi-
501.mo Ministro de Estado da Educação. Brasília/DF. Senhor Ministro.
502.Desde o momento que assumiu o MEC Vossa Excelência vem, com com-
503.petência administrativa política e invulgar capacidade de traba-
504.lho, demonstrando ao longo destes cinco meses de Governo uma
505.grande sensibilidade para com os problemas da Educação Brasilei-
506.ra, a ponto de estar reencaminhando ao encontro de sua real valo-
507.rização sobre o ponto de vista da prioridade governamental. É
508.indiscutível, portanto, que os numerosos problemas que se acumu-
509.lavam quando da posse a frente deste Ministério estão sendo en-
510.frentados por Vossa Excelência com denodo e tirocínio através de
511.soluções que ressaltam um permanente interesse no desenvolvimen-
512.to do sistema educacional brasileiro. Desta forma, nós Reitores'
513.das Universidades Fundacionais, que vínhamos acompanhando com
514.grande preocupação o vertiginoso desprestígio sofrido por nossas
515.instituições nos sentimos reforçados como co-participe da admi-'
516.nistração de Vossa Excelência, e tendo em vista as paralizações'
517.que ora ocorrem, apresentaram uma séria de pontos que estão a
518.reivindicar uma urgente tomada de posição por parte do MEC e
519.que se consubstanciam nos seguintes itens: a) a questão salarial
520.e o plano de cargos e salários.- É indiscutível que um dos maio-
521.res problemas enfrentados pelo atual governo repousa sobre o sa-
522.lário da classe trabalhadora. O achatamento salarial ditado por
523.uma política que nenhum benefício trouxe a economia do país, vem
524.produzindo gravíssimas sequelas ao assalariado, desaguando em
525.reivindicações que em hipótese alguma, podem ser desconsidera-'
526.das pelo governo. Na área da Educação Superior a duplicidade de
527.formas jurídicas que configuram as Instituições de Ensino Fede-'
528.rais, autarquias e fundações, vem, pela adversidade salarial re-
529.gistrada entre ambas provocando constante e aflitivas situações'
530.no âmbito das Universidades, propiciando a mobilização que se re-
531.pete semestralmente por parte das associações representativas -
532.dos docentes e servidores. Neste momento, em virtude da con-
533.cessão em janeiro e julho de dois aumentos salariais diferencia-
534.dos aos professores e servidores autárquicos e devido ao fato de
535.que o cálculo do INPC de setembro que corrige os salários dos
536.professores e servidores das Universidades Fundacionais registra
537.o mais baixo índice do ano (68%), verifica-se intensa mobiliza-'
538.ção em nossas Universidades, determinando o atual estado de para-
539.lização que vem se instalando progressivamente em todas as insti-
540.tuições de Ensino Superior Fundacionais. O que se reivindica'

ta

251
Cout

541.é o estabelecimento de isonomia dos salários, tanto para as au-
 542.tarquias quanto para as fundações. Logicamente isto só poderá -
 543.ocorrer quando a data base das correções for a mesma para ambas'
 544.as formas institucionais. A concessão de aumento salarial na ba-
 545.se de cem por cento do INPC para todas as categorias docentes e
 546.servidores técnico-administrativos acrescida de uma gratificação
 547.que assegura o mesmo percentual de reajuste já concedido as
 548.Universidades autárquicas, sem dúvida contornaria a crise que se
 549.instala. De forma operacional propomos a partir do exercício de
 550.1986 a unificação das datas básicas de reajuste salariais entre -
 551.os servidores da União e das Fundações Universitárias, janeiro e
 552.julho, para possibilitar a otimização da aplicação dos recursos -
 553.globais, oriundos da emenda Calmon, já sancionada sua regulamen-
 554.tação pelo poder executivo. Recomendamos também, o reestudo dos
 555.planos de cargos e salários das Universidades Fundacionais, se
 556.assim o desejarem, visando a acolhida de outras reivindicações,
 557.tais como gratificação por tempo de serviço, aposentadoria inte-
 558.gral, produtividade, licença sabática, percentual de dedicação -
 559.exclusiva e outros, de modo a assegurar parâmetro comuns a to-
 560.das as Fundações. b) a questão da contratação de pessoal - A cer
 561.ca de cinco anos os organismos federais inclusive, inexplicavel-
 562.mente aqueles ligados ao setor da educação, vem sendo submetido'
 563.a proibição de contratação de pessoal. Todos os Decretos assina-
 564.dos limitavam um determinado período a esta proibição, criando'
 565.uma falsa expectativa de que logo após expirado o prazo limite -
 566.haveria a esperada liberação para que se pudesse expandir o qua-
 567.dro de pessoal das IES. Atualmente estamos sob a égide do Decre-
 568.to nº 91.404 de 05.07.85 que proíbe até 31.12.85 a contratação -
 569.de pessoal nos órgãos estatais, inclusive na vaga de ... Apesar
 570.destes Decretos restritivos, as pressões sobre o MEC, reivindi-
 571.cando a criação de novos cursos, através de importantes setores
 572.da sociedade brasileira, foram repassadas as nossas Universida-'
 573.des que se viram forçadas a implantá-lo com a promessa do Minis-
 574.tério do afrouxamento da legislação proibitiva em vigor, entre-'
 575.tanto, isto não aconteceu, o que vem provocando uma insuportável
 576.situação dentro de novas IES. Alguns cursos em expansão apresen-
 577.tam uma total ou parcial falta de condições de funcionamento. Ou
 578.tros, embora em pleno funcionamento, apresentam uma inquestionã
 579.vel baixa de qualidade devido ao excessivo acúmulo de encargos -
 580.distribuídos aos docentes responsáveis. Os programas de Pós-Gra-
 581.duação e Pesquisa também se encontram gravemente atingidos por
 582.esta legislação, com reflexos diretos sobre a qualidade do ensi-
 583.no ministrado. Para agravar ainda mais a situação, o CPE vem le-
 584.gislando a respeito da alteração do currículo mínimo de diversos
 585.cursos, como é o caso do curso da área de Ciências Agrárias, por
 586.exemplo, levando invariavelmente a inclusão de novas disciplinas
 587.sem que nossas instituições sejam sequer ouvidas. Tais altera-
 588.ções, por sua vez, não autorizam compulsoriamente a contratação'
 590.de docentes para atender as expansões determinadas pelo novo
 591.curriculo mínimo, vindo a criar um grande e permanente conflito'
 592.dentro das IES, que se agrava a cada semestre devido a necessida-
 593.de de viabilizar a implantação de disciplinas exigidas pelos cur-
 594.rículos alterados. No semestre que ora se inicia, a situação se
 595.coloca num espaço crítico, e apesar de todos os esforços e arran-

6

596.jos que se conseguiu realizar no âmbito dos departamentos envol-
 597.vidos, estamos sob a ameaça de ocorrência que repercutirão de
 598.maneira desgastante sobre a normalidade da vida acadêmica. Por
 599.outro lado, temos acompanhado e apoiado totalmente a incansável
 600.mobilização de Vossa Excelência e equipe do MEC, no sentido de
 601.catalizar a participação integrada das IES com organismos de ou-
 602.tros Ministérios da República, visando o encaminhamento conse-
 603.quente e ordenado do desenvolvimento de nossas regiões. Com isto
 604.valoriza-se a atuação da Universidade e firma-se a sua respeita-
 605.bilidade no seio da sociedade brasileira. Entretanto, sem que as
 606.IES possam expandir seu quadro docente e técnico-administrativo,
 607.torna-se inviável a execução de tão importante proposta. Urge
 608.portanto, Senhor Ministro Marco Maciel, que Vossa Excelência, -
 609.busque sensibilizar o Excelentíssimo Senhor Presidente da Repú-
 610.blica, no sentido de liberar as nossas Universidades das restri-
 611.ções referentes as proibições da contratação de pessoal e expan-
 612.são dos quadros. c) questões orçamentárias - Nosso pleito Senhor
 613.Ministro para o exercício de 1985 vai além da obtenção dos valo-
 614.res orçamentários suplementares inicialmente solicitados e indis-
 615.pensáveis para a manutenção de nossas instituições neste períó-
 616.do. Necessitamos também, que os correspondentes repasses finan-
 617.ceiros sejam efetivados sem demora, para que possamos manter os
 618.níveis de compra e pagamento dentro das necessidades de nossas -
 619.Universidades sem riscos de interrupção das atividades mínimas -
 620.atualmente desenvolvidas. O encaminhamento da discussão da pro-
 621.posta orçamentária para 1986 muito nos tem preocupado os tetos -
 622.estabelecidos para custeio e capital, os quais estão situados mui-
 623.to abaixo de nossas necessidades. Os tetos que foram atribuídos
 624.as nossas IES estão muito abaixo das nossas necessidades, nem
 625.mesmo se referindo apenas a aplicações de recursos somente para
 626.manutenção. Esperamos que a sanção presidencial, a regulamenta-
 627.ção do parágrafo 4º do artigo 176 da Constituição, aspiração da
 628.sociedade brasileira, tão bem catalizada por Vossa Excelência, -
 629.no sentido de torná-la fato concreto, seja o agente mediador de
 630.nossas apreensões na medida em que possamos expandir o limite ao
 631.nível das reais necessidades das nossas Universidades. Para o
 632.exercício de 1986 cremos que, substanciais modificações devam ser
 633.inseridas no processo de elaboração da proposta orçamentária. Os
 634.custos de manutenção devem ser garantidos, na dotação inicial,
 635.na medida em que estejam pautados na vocação de suas institui-
 636.ções, nas reais necessidades regionais e atendimento a execução
 637.da política geral do ministério. Suplementações de créditos para
 638.atividades de fomento deverão ser conquistadas pelas diversas -
 639.unidades executoras, através de projetos e programas que atendam
 640.a critérios definidos e conhecidos decorrentes da definição da
 641.política do Ministério para o exercício. Finalizando Senhor Mi-
 642.nistro, dentro dos princípios que norteiam nossas administra-
 643.ções, voltados para a estabilidade de nossas instituições e o
 644.respaldo às ações atuais do Ministério da Educação visando o de-
 645.senvolvimento da educação superior, reafirmamos nossas esperan-
 646.ças que possamos solucionar os problemas aqui levantados com o
 647.apoio e o prestígio de Vossa Excelência, junto ao Presidente -
 648.José Sarney e equipe governamental. Cordialmente, assinam todos
 649.os Reitores das Universidades Fundacionais. O Senhor Presidente
 650.retomando a palavra, disse que este documento lido pelo Vice-Rei

✱

[Handwritten signature]

252
PAC

651.tor foi produzido inicialmente em Goiânia e posteriormente na
652.reunião que esteve presente o Professor Léo Zilberknop, foi o re
653.ferido documento readaptado a atual contingência. Disse o Senhor
654.Presidente que há um outro documento enviado de Goiânia ao
655.Senhor Ministro onde se solicita que os recursos a serem aloca-
656.dos as Universidades no próximo ano se façam da seguinte manei
657.ra: recursos de pessoal, na percentagem devida a cada Universida
658.de em função de seu quadro docente e técnico-administrativo; os
659.recursos de custeio e capital em percentagem nunca inferior a
660.25% do orçamento global; 20% para manutenção geral da Universida
661.de em investimentos também gerais e 5% especificamente alocados
662.a obras. Disse ainda o Senhor Presidente, só para informar, que
663.o orçamento alocado na Universidade Federal de Pelotas para o
664.exercício de 1986, orçamento inicial é na ordem de 250 bilhões -
665.de cruzeiros, sendo que, 245 bilhões de cruzeiros se destinam pa
666.ra pessoal, e pouco mais de 10 bilhões para outros custeios e
667.capital, ou seja, para toda a manutenção e investimento da Uni-
668.versidade. O Conselheiro Renato Luiz Mello Varoto solicitou a
669.palavra dizendo inicialmente que as reivindicações apresentadas
670.pelos docentes são justas e as mesmas devem ser apoiadas. No to-
671.cante ao documento aqui apresentado pelos funcionários, solicita
672.que lhe seja prestado esclarecimento, pois o referido documento
673.não fala nas reivindicações dos mesmos. O Senhor Presidente dis
674.se que o documento apresentado pelo corpo técnico-administrativo
675.é bastante genérico mas o comando de paralisação enviou a Reito
676.ria, um outro documento, no qual estabelece algumas reivindic
677.ções. Continuando seu relato disse o Senhor Presidente que a
678.Assembléia dos funcionários aprovou como reivindicações: INPC -
679.integral, piso de três salários mínimos e reposição de 38,5%. -
680.Fez o Senhor Presidente uma síntese do documento enviado a Reito
681.ria pelo Comando de Paralisação dos Funcionários. No tocante ao
682.Plano de Cargos e Salários, na assembléia dos docentes foi deli-
683.berada a retirada deste plano. No tocante aos funcionários tal
684.deliberação não foi tomada, a questão continua sem apreciação, o
685.corpo técnico-administrativo está estudando o plano. O Conselhei
686.ro Luiz Henrique Schuch solicitou a palavra, dizendo inicialmen-
687.te que as abordagens feitas nesta sessão são muito esclarecedo-
688.ras e colocam um posicionamento direcionado no mesmo sentido, e
689.portanto, sem maiores delongas, gostaria de fazer uma proposi-
690.ção objetiva que seria referente a um posicionamento deste Conse
691.lho, reconhecendo a legitimidade do movimento reivindicatório e
692.de apoio às reivindicações expressamente aprovadas em assembléia,
693.inclusive dando um reconhecimento todo especial a amplitude -
694.do movimento de base, colocado dentro da Universidade neste mo-
695.mento, que lhe parece não pode ser questionado, que este Conse-
696.lho tome como deliberação uma conclusão escrita e resumida, ba-
697.seada nestes dois itens, reconhecendo a legitimidade do movimen-
698.to e de apoio as reivindicações e que esta conclusão tivesse -
699.três âmbitos de divulgação: na imprensa local; que fosse dirigi-
700.da ao MEC; e que fosse em terceira instância dirigida ao Presi-
701.dente da República, sem desfazer do caminho do MEC, mas pelo en-
702.tendimento de que uma série destas reivindicações dependem de
703.uma deliberação mais ampla na esfera governamental. O Senhor Pre
704.sidente solicitou ao Conselheiro, autor da proposta, que fizesse
705.a redação do documento. O Conselheiro Helvio Debli Casalinho, so

★

[Handwritten signature]

234
Cul

706.licitou a palavra e disse que só queria enfatizar aos Senhores -
707.Conselheiros e ao Senhor Presidente do Conselho, com relação ao
708.Plano de Cargos e Salários, se torna uma questão fundamental que
709.se consiga a retirada pelos menos parcial no sentido da parte -
710.dos docentes, para que a mesma pudesse ser amplamente discutida,
711.pois este Conselho não teve oportunidade de estudar o plano que
712.foi encaminhado. O Senhor Presidente disse que gostaria de escla-
713.recer que na reunião realizada entre o Comando de Greve dos Do-
714.centos e a Reitoria, isto consta da resposta que está sendo en-
715.viada ao Comando de Greve, onde a Reitoria situa o Plano de Car-
716.gos e Salários, dizendo que este plano foi elaborado em 1984 e
717.posteriormente em março a Reitoria pôs uma série de impugnações'
718.havidas, inclusive levantadas pelo proprio Ministério reenviou'
719.o plano ao Ministério. A Reitoria nesta reunião com o Comando de
720.Greve aceitou a crítica do Comando, entendendo justa no sentido'
721.de que este plano deveria ter um trâmite maior na comunidade uni-
722.versitária. A Reitoria reenviou o plano ao MEC porque a sua apro-
723.vação estava sendo requerida com urgência, e este plano já havia
724.sido aprovado pela administração anterior. A Reitoria neste mo-
725.mento torna público, a crítica ao plano, e compromete-se perante
726.a este Conselho de reexaminar o plano retirando-o no que tange -
727.apenas ao aspecto docente e fazendo com que este plano tenha sua
728.tramitação neste Conselho e seja por ele aprovado, posteriormen-
729.te enviando ao MEC. Disse ainda o Senhor Presidente, que a ques-
730.tão pendente é aquela referente a retirada total do plano, que
731.envolve aspectos relativos aos docentes, mas sobretudo aspectos'
732.do corpo técnico-administrativo. A matéria foi posteriormente am-
733.plamente debatida entre os Conselheiros presentes a sessão. Esgõ-
734.tada a discussão da matéria, o Senhor Presidente indagou ao Con-
735.selho se o mesmo aceitava votar, desde logo, na proposição apre-
736.sentada pelo Conselheiro Luiz Henrique Schuch, que tem o sequin-
737.te teor: "O Conselho Universitário da Universidade Federal de
738.Pelotas reunido extraordinariamente no dia 26.08.85, reconhecen-
739.do a legitimidade do movimento reivindicatório, inflagrada pe-
740.los professores e funcionários dessa Universidade, manifesta seu
741.apoio às reivindicações aprovadas nas assembléias das catego-
742.rias. Colocada em aprovação a proposição apresentada foi a mesma
743.aprovada por unanimidade. Como nada mais havia a tratar, o
744.Senhor Presidente agradeceu a presença de todos os Conselheiros'
745.e deu por encerrada a sessão, às onze horas e trina minutos. E
746.para constar, eu, *[assinatura]* Sued Ferreira Rodrigues, Secre-
747.tário dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que após
748.lida e aprovada será devidamente assinada. Secretaria dos Conse-
749.lhos Superiores, dezesseis de outubro de mil novecentos e oiten-
750.ta e cinco. .x

[assinatura]
Sued Ferreira Rodrigues